



A REFORMA DO ENSINO MÉDIO NO RIO DE JANEIRO: ANALISANDO REDE PÚBLICA E PRIVADA NA VISÃO DE DOCENTES E COORDENADORES PEDAGÓGICOS

Wallace Ferreira ¹
Juliana Dias Lima ²
Stella de Sousa Martins ³
Glauccio Gomes de Siqueira Barros ⁴
Ricardo Jouan Alé ⁵

RESUMO

Este trabalho é resultado parcial do projeto Prodocência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro intitulado “A Sociologia frente à Reforma do Ensino Médio, às reformas curriculares e aos novos livros didáticos”. Partimos do estudo da literatura dos últimos anos sobre a reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017), da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), dos novos livros didáticos, assim como da conjuntura política, social e econômica de perspectiva liberal que está por trás do movimento de reformas que incluem a implantação do “Novo” Ensino Médio. Interessa-nos o estudo dos documentos educacionais envolvidos, a investigação do lugar da Sociologia nos currículos das redes pública e privada do estado do Rio de Janeiro, e, para esta proposta em particular, as entrevistas que estamos realizando com docentes de Sociologia e coordenadores pedagógicos/ou sujeitos em posição equivalente que estão vivenciando a reforma em suas unidades escolares. No primeiro semestre de 2023 foram entrevistados doze profissionais, seis vinculados à rede pública e seis à rede privada do estado fluminense, principalmente da capital. Os achados iniciais sinalizam para a ampliação da desigualdade educacional entre as duas redes; para impactos na carreira docente, como a perda da identidade disciplinar, a subutilização do professor e o desestímulo à carreira; para a fragilização das ciências de origem do conhecimento educacional; e para o desestímulo da escola por parte de estudantes da rede pública.

Palavras-chave: Reforma do Ensino Médio, BNCC, Desigualdades Educacionais, Reformas liberais, Entrevistas com docentes de Sociologia e coordenadores pedagógicos.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho partimos do estudo da literatura dos últimos anos sobre a reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017), da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), dos novos livros didáticos, assim como da conjuntura política, social e econômica de perspectiva

¹ Doutor em Sociologia pelo IESP da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Professor Associado do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ) – RJ, walaceuerj@yahoo.com.br;

² Graduanda em Ciências Sociais na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – RJ, juuliana_dl@hotmail.com;

³ Graduanda em Ciências Sociais na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – RJ, ssmartins2210@gmail.com;

⁴ Graduando em Ciências Sociais na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – RJ, barrosglauccio@outlook.com;

⁵ Graduando em Ciências Sociais na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – RJ, ricardojale15@gmail.com.

liberal que está por trás do movimento de transformações que incluem a reforma do Ensino Médio.

Interessa-nos o estudo dos documentos educacionais envolvidos, a investigação do lugar da Sociologia nos currículos das redes pública e privada do estado do Rio de Janeiro, o exame sobre o espaço da Sociologia nos livros de Ciências Humanas, Projetos Integradores e Projeto de Vida e, para esta proposta em particular, as entrevistas que estamos realizando com docentes de Sociologia e coordenadores pedagógicos/ou sujeitos em posição equivalente que estão vivenciando a reforma em suas unidades escolares.

METODOLOGIA

A metodologia consiste numa análise do ponto de vista teórico, histórico e prático dos aspectos que envolvem a reforma do Ensino Médio no Estado do Rio de Janeiro e sua relação com o Ensino de Sociologia na educação básica. Isso significa uma leitura crítica sobre a conjuntura de implantação da reforma, bem como um mapeamento do seu alcance ao longo destes primeiros anos, o que tem sido observado por meio das entrevistas com docentes de Sociologia, coordenadores pedagógicos/ou função semelhante. Até o presente momento, entrevistamos doze profissionais, seis vinculados à rede pública e seis à rede privada.

As entrevistas têm ocorrido valendo-se da estratégia da bola de neve, com indicações dos próximos entrevistados. Para a análise das entrevistas, o pressuposto adotado tem sido o de que o discurso é responsável por revelar o entendimento do sujeito a respeito do contexto histórico-social no qual se apresentam suas relações para a produção do seu próprio discurso e ponto de vista, ou seja, o discurso reflete a visão de mundo do autor que está diretamente relacionada à realidade em que ele vive (FERNANDES, 2005).

REFERENCIAL TEÓRICO

A Reforma do Ensino Médio é o resultado da força do neoliberalismo sobre a educação no país. Implementada no período pós-golpe parlamentar de 2016, tendo à frente o então presidente Michel Temer, a Medida Provisória 746/2016 (em seguida a Lei nº 13.415/2017) instituiu o Novo Ensino Médio por meio da alteração de 54 artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96), estabelecendo uma mudança radical na estrutura do ensino médio.



O discurso para a rápida implantação do Novo Ensino Médio, era quase a de terra arrasada. Como salientam Ferreira e Cavalcanti (2018), o recurso utilizado para tentar aproximar a população da reforma consistiu na disseminação de propagandas que cultivaram a expectativa de desengessamento do Ensino Médio e o suposto ganho de autonomia do estudante. Aplicou-se o discurso do caos para justificar as mudanças aceleradas impostas pelo governo, explorando informações sobre os problemas existentes nesta etapa de ensino, como o alto índice de evasão e o baixo desempenho dos alunos em avaliações padrões nacionais.

Desde a década de 1990, durante a gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, a educação brasileira passou a se desenvolver por meio de reformas que englobavam mudanças estruturais nas políticas de ensino que desprezavam o caráter socializador da educação a partir da iniciativa pública como um dever somente estatal, abrindo espaço para interesses empresariais de fundações privadas ligadas ao Banco Mundial (hoje Grupo Banco Mundial), à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Dessa forma, inicia-se um modelo de reforma gerencial da educação, já adequado ao caráter utilitarista e mercadológico neoliberal.

O discurso agora é o de uma escola adequada ao mundo do trabalho, onde a escola hipoteticamente prepararia o sujeito para o mercado de trabalho. Na BNCC, “competência” é definida como “a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2018, p. 8).

Ademais, há uma forma mais explícita em que a ideologia neoliberal na educação se faz presente no presente momento. Em destaque, o termo “empreendedorismo” preconizado pela BNCC e que aparece constantemente na proposta pedagógica do Novo Ensino Médio, contribui para que o caráter educacional esteja voltado ao atendimento das demandas do mercado de trabalho e da perspectiva mercadológica do neoliberalismo.

Segundo Papim e Mendonça (2021), a BNCC, ao focar nas competências e habilidades, desconsidera o caráter de disciplina escolar, a mediação didática do professor, a apropriação do conteúdo conceitual pelo aluno e a avaliação da aprendizagem, enquanto processos complexos e diversificados. Essa forma de abordagem, na visão dos autores, termina por relativizar, de maneira simplista, o processo formativo à correspondência da escala de habilidades e competências, em nome de uma suposta interdisciplinaridade expressa nos cinco itinerários formativos (Linguagens e suas tecnologias, Matemática e suas

tecnologias, Ciências da Natureza e suas tecnologias, Ciências humanas e sociais aplicadas, Formação técnica e profissional). Ou seja, desconsidera-se a ciência de origem e seus limites para a interdisciplinaridade, tornando o trabalho do professor um exercício mecânico de reprodução, estranho às potencialidades de aprendizagem, mediante contextos sociais e culturais diversos, plano de fundo da educação escolar.

Exemplo dessa redução na importância científica disciplinar aparece no novo Ensino Médio implantado no Rio de Janeiro no espaço dado ao componente curricular Projeto de Vida. Com seis tempos de aula nas três séries do Ensino Médio da Secretaria de Educação do Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC/RJ), ao passo que a Sociologia caiu para dois tempos no terceiro ano, muitos professores de Sociologia estão lecionando aquele componente curricular sem qualquer formação prévia.

Conforme explicação de Pereira, Ciavata e Gawryszewski (2022), os primeiros documentos referentes à reforma do ensino médio no Rio de Janeiro vieram a público somente em dezembro de 2020, ainda em contexto pandêmico, com a versão preliminar do Documento de Orientação Curricular (DOC-RJ) apresentando a proposta de Formação Geral Básica, que abrange as orientações curriculares previstas na BNCC, de competências por área de conhecimento. Já em 2022, a reforma passou a ser vivenciada nas escolas estaduais, trazendo à tona diversos problemas, principalmente após o período remoto, além de não ter sido discutido com a comunidade escolar. Nesse contexto, “a nova grade curricular somente foi publicada semanas após o início das aulas e trouxe uma redução significativa da carga horária de diversas disciplinas, bem como a inclusão de projeto de vida, disciplinas optativas e estudos orientados para os três anos letivos (PEREIRA, CIAVATA, GAWRYSZEWSKI, 2022, pg. 477).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sobre as entrevistas realizadas até o presente momento, encontramos muitas críticas ao novo ensino médio e pouca sinalização favorável. Abaixo trazemos os quadros analíticos referentes às entrevistas que fizemos até o presente momento com os profissionais das redes pública e privada.

Quadro 1: Análise das entrevistas com profissionais da SEEDUC do Rio de Janeiro

Pergunta	Função	Sobre a Satisfação com o	Sobre os Itinerários Formativos	Sobre a carga horária	Sobre Projeto de Vida	Sobre material didático	Sobre a relação entre o Novo
----------	--------	--------------------------	---------------------------------	-----------------------	-----------------------	-------------------------	------------------------------

		Novo Ensino Médio		dos(as) docentes			Ensino Médio e o ENEM
Profissional 1 (SEEDUC-RJ)	Coordenação Pedagógica	Relata desaprovação do modelo por todos os docentes da escola.	Afirma que os estudantes foram “distribuídos quase que ao acaso” dentre os Itinerários Formativos oferecidos pela escola.	Afirma que alguns docentes tiveram sua carga horária reduzida. Nesta situação foram realocados para lecionarem Projeto de Vida.	Relata que o componente curricular é oferecido “sem avaliação, [logo] sem presença dos alunos nas aulas”.	Afirma que não há material didático para as Eletivas dos Itinerários Formativos.	Afirma que o Novo Ensino Médio não apresenta preocupação com o Exame Nacional do Ensino Médio.
Profissional 2 (SEEDUC-RJ)	Coordenação Pedagógica	Relata desaprovação do modelo por 59 docentes e aprovação de 1 docente da escola.	Afirma que a escola se trata de um caso excepcional, onde o foco é o empreendedorismo. Há um Itinerário Formativo para as turmas regulares e um para as turmas de modalidade EJA.	Afirma que alguns docentes tiveram sua carga horária reduzida. Nesta situação foram realocados para lecionarem Eletivas dentre os Itinerários Formativos oferecidos pela escola.	Relata que “os alunos se sentem confusos”.	Afirma que não há material didático para as Eletivas dos Itinerários Formativos. Mas há utilização do livro didático no Projeto de Vida.	Afirma que o Novo Ensino Médio não apresenta preocupação com o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).
Profissional 3 (SEEDUC-RJ)	Docente de Sociologia	Relata desaprovação do modelo por todos os docentes da escola (os quais obtém contato).	Afirma que a escola tem uma Formação Integral e Técnica, com destaque para a concepção empreendedora.	Afirma que alguns docentes tiveram sua carga horária reduzida. Nesta situação foram realocados para lecionarem Eletivas dentre os Itinerários Formativos oferecidos pela escola.	Relata que, como não há uma metodologia a ser seguida no Projeto de Vida, “cada docente conduz a matéria como bem entender”.	Afirma que não há material didático para as Eletivas dos Itinerários Formativos.	Afirma que o Novo Ensino Médio não apresenta preocupação com o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).
Profissional 4 (SEEDUC-RJ)	Direção/ Docente de Sociologia	Relata desaprovação do modelo por todos os docentes da escola (os	Afirma que a escola oferece 3 Itinerários Formativos, mas não	Afirma que alguns docentes tiveram sua carga horária reduzida.	Relata que há uma tentativa em trabalhar o conteúdo “sempre em	Afirma que não há material didático para as Eletivas dos	<i>Não houve clareza em sua resposta quanto a esta pergunta.</i>

		quais obtém contato).	explicita como se dá a escolha dos mesmos pelos estudantes.	Nesta situação foram realocados para lecionarem Eletivas dentre os Itinerários Formativos oferecidos pela escola e Projeto de Vida.	conjunto com as disciplinas dos professores”.	Itinerários Formativos. Mas há utilização do livro didático no Projeto de Vida.	
Profissional 5 (SEEDUC-RJ)	Coordenação Pedagógica	Relata desaprovação do modelo por todos os docentes da escola. Afirma que os mesmos “não estão satisfeitos e que entendem que não foram formados para isso”.	Afirma que os estudantes foram alocados pela escolha de Itinerários”, de maneira opcional.	Afirma que alguns docentes tiveram sua carga horária reduzida. Nesta situação foram realocados para lecionarem Eletivas dentre os Itinerários Formativos oferecidos pela escola.	<i>Não houve clareza em sua resposta quanto a esta pergunta.</i>	Afirma que não há material didático para as Eletivas dos Itinerários Formativos.	<i>Não houve clareza em sua resposta quanto a esta pergunta.</i>
Profissional 6 (SEEDUC-RJ)	Docente de Sociologia	Relata desaprovação do modelo por todos os docentes da escola (os quais obtém contato).	Afirma que os estudantes foram “alocados de forma aleatória” dentre os Itinerários Formativos oferecidos pela escola.	Afirma que alguns docentes tiveram sua carga horária reduzida. Nesta situação foram realocados para lecionarem “alguma das disciplinas oriundas da Reforma”.	Relata que “os alunos passaram a vida escolar inseridos na dinâmica de pontuação e avaliação. Assim, eles não veem sentido na existência de uma disciplina onde isso não ocorra”.	Afirma que não há material didático para as Eletivas dos Itinerários Formativos.	Afirma que o Novo Ensino Médio não apresenta preocupação com o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Fonte: Prodôncia “A Sociologia frente à Reforma do Ensino Médio, às reformas curriculares e aos novos livros didáticos”.

É possível perceber semelhanças entre os relatos a partir das respostas referentes aos profissionais da rede pública de educação do Rio de Janeiro. Ao serem perguntados sobre a satisfação com o Novo Ensino Médio (NEM) é notória a desaprovação por quase todos os respondentes. A respeito dos Itinerários Formativos, houve heterogeneidade entre as respostas, ainda que algumas se aproximem. Dois profissionais disseram que os Itinerários

Formativos não foram escolha dos estudantes, o que se contrapõe a justificativa da implementação do NEM como espaço no qual os estudantes são autônomos e responsáveis pela decisão frente a um currículo hipoteticamente flexível. Dois profissionais afirmaram que as escolas possuem foco empreendedor, portanto, os estudantes que adentram estas instituições possuem apenas este seguimento. Um profissional não deixa evidente a maneira como os estudantes são realocados dentre os 3 Itinerários Formativos oferecidos pela escola. E, por último, apenas um profissional indica que na escola em que atua os estudantes escolhem os Itinerários de maneira optativa.

A respeito da carga horária dos professores, a resposta de que alguns docentes tiveram sua carga horária reduzida é unânime. Nestes casos os respondentes afirmaram que os professores que se encontram nesta situação são realocados para lecionarem disciplinas Eletivas que compõem os Itinerários Formativos e/ou Projeto de Vida. Quando questionados sobre o Projeto de Vida, chama-se atenção para dois relatos. Em primeiro lugar, alguns respondentes sinalizaram haver sentimento de confusão entre os alunos, já que docentes de qualquer área podem atuar lecionando Projeto de Vida, incidindo em desordem metodológica e até mesmo de conteúdo. O Segundo ponto envolve a avaliação. Como os estudantes são inseridos em processos avaliativos desde as primeiras séries escolares, o que de certa forma os coagem à estarem presentes em aula e terem “medo” da reprovação, na medida em que Projeto de Vida não possui avaliação sistemática é comum que os alunos não vejam sentido neste componente curricular. Por fim, a extensa carga horária de Projeto de Vida também é questionada.

Quando indagados sobre o material didático, todos os entrevistados afirmaram não haver material didático para as Eletivas dos Itinerários Formativos, subentendendo-se que o docente responsável por determinada Eletiva é também responsável pela formatação do material usado em sala de aula. Dentre os seis profissionais, dois afirmaram haver utilização do livro didático de Projeto de Vida na escola. Por fim, quando questionados sobre a relação do Novo Ensino Médio com o ENEM, três profissionais afirmaram considerar que o NEM não apresenta preocupação com o exame, tendo em vista a redução das disciplinas que compõem a Formação Geral Básica (FGB) e o seguimento de apenas um Itinerário Formativo, quando no ENEM aparecem 4 áreas (Ciências Humanas e suas tecnologias; Linguagens e suas tecnologias; Matemática e suas tecnologias e Ciências da Natureza e suas tecnologias; além da Redação).

A reforma do Ensino Médio foi estruturada sem qualquer aviso ou consulta prévia. Nesse sentido, os docentes pertencentes as escolas estaduais da SEEDUC ficaram expostos a alterações sem que a infraestrutura escolar acompanhasse tais mudanças.

Em continuidade ao quadro anterior, vejamos agora o quadro referente às entrevistas realizadas com a rede privada de ensino.

Quadro 2: Análise das entrevistas com profissionais da Rede Privada do Rio de Janeiro

Pergunta	Função	Sobre a Satisfação com o Novo Ensino Médio	Sobre os Itinerários Formativos	Sobre a carga horária dos(as) docentes	Sobre Projeto de Vida	Sobre material didático	Sobre a relação entre o Novo Ensino Médio e o ENEM
Profissional 7 (Rede Privada)	Docente em Sociologia	Relata preocupação para as discrepâncias entre o ensino na rede pública e privada, tendo em vista a diferença entre investimento.	Afirma que os estudantes tiveram oportunidade de escolher qual Itinerário Formativo seguir. No período da manhã são ofertadas aulas do Itinerário e no contraturno disciplinas Eletivas.	Afirma que alguns docentes tiveram sua carga horária reduzida.	Relata que os docentes enxergam o Projeto de Vida como uma forma de desvalorização curricular, enquanto os alunos veem como tempo ocioso.	Afirma que não há material didático para as Eletivas dos Itinerários Formativos.	Afirma que o Novo Ensino Médio já é uma realidade. No entanto, há uma preocupação com o Exame Nacional do ensino Médio (ENEM) se o atual modelo contemplar as mudanças.
Profissional 8 (Rede Privada)	Docente em Sociologia	Relata não ter aceitação por parte dos docentes, mesmo os que tiveram aumento na carga horária.	Afirma que os estudantes tiveram oportunidade de escolher qual Itinerário Formativo seguir, sendo ofertados 3 possibilidades: Línguas e Ciências Humanas; Matemática e Engenharias e Ciências Biológicas e da Saúde.	Afirma que, de modo geral, houve aumento na carga horária. No entanto, os professores das disciplinas de formação básica tiveram redução para implementação dos Itinerários Formativos.	Relata que “o Projeto de Vida foi muito contestado, com processo avaliatório questionado e conteúdo anticientífico”.	Afirma que há utilização de material didático específico em Projeto de Vida.	Afirma que há uma preocupação com o tema. Destaca, ainda, a falta de utilidade do Projeto de Vida no Exame Nacional do ensino Médio (ENEM).

<p>Profissional 9 (Rede Privada)</p>	<p>Coordenação pedagógica</p>	<p>Afirma que, apesar dos docentes terem se adaptado e aprovado as novas mudanças no currículo da escola, a maioria acredita que a reforma é uma decisão maléfica para a estrutura do ensino público brasileiro.</p>	<p>Afirma a escola se trata de um caso excepcional por possuir dois currículos: Brasileiro e Alemão. Os dois seguem as competências e habilidades da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), mas são dadas em línguas diferentes (Português e Alemão). São oferecidas, portanto, Eletivas de Tópicos Especiais (propostos pelos professores) e a cada semestre os alunos se inscrevem nas Eletivas de interesse.</p>	<p>Afirma que não houve redução na carga horária dos docentes, porém houve realocação para lecionarem Eletivas propostas por eles mesmos.</p>	<p>Relata que o Projeto de Vida está incluso na carga horária dos Itinerários Formativos. Afirma, ainda, que a escola há muito tempo desenvolve um projeto de formação profissional que “conversa” muito bem com a proposta do Projeto de Vida. Atualmente a carga horária do Projeto de Vida está voltada para esta iniciativa.</p>	<p>Afirma que não houve mudanças nos livros didáticos utilizados pela escola. Nas Eletivas foram inseridos materiais produzidos pelo próprio professor.</p>	<p>Relata preocupação com o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), visto que a implementação da reforma foi confusa e indefinida.</p>
<p>Profissional 10 (Rede Privada)</p>	<p>Docente em Sociologia</p>	<p>Relata desaprovação do modelo por todos os docentes da escola. Afirma que os mesmos acreditam que o Novo Ensino Médio “só reforça as desigualdades”.</p>	<p>Afirma que os estudantes tiveram oportunidade de escolher qual Itinerário Formativo seguir e que cada um deles oferece um conteúdo que aprofunda os conhecimentos trabalhados na Formação Geral Básica.</p>	<p>Afirma que não houve redução na carga horária dos docentes.</p>	<p>Já havia uma disciplina semelhante ao Projeto de Vida na escola com outra denominação. Seu papel era “pensar o espaço escolar de forma mais democrática, envolvendo mais os alunos nas dinâmicas da instituição”.</p>	<p>Afirma que não há material didático para as eletivas dos Itinerários Formativos e nem para o Projeto de Vida.</p>	<p><i>Não houve clareza em sua resposta quanto a esta pergunta.</i></p>

					Logo, houve apenas uma reformulação.		
Profissional 11 (Rede Privada)	Docente em Sociologia	Por atuar em mais de uma escola, o docente relata não haver uma única forma para a aplicação das mudanças. De acordo com ele “não há nenhum docente falando abertamente de maneira positiva da reforma”.	O docente afirma ter se deparado com uma “estratégia para tentar burlar a diminuição de carga horária no ciclo de formação básica”. A iniciativa visa, sobretudo, suprir as necessidades relacionadas à realização do ENEM.	Tomando como referência as escolas onde atua, afirma que pouco ou nada foi ampliado no que se refere à carga horária.	Explica que diferentes profissionais se ocuparam dessa função. Das licenciaturas, citou: Artes, Biologia, Espanhol, Sociologia e Ensino Religioso. Chamou atenção, ainda, para o fato de outros profissionais estarem à frente dessa disciplina. Em específico, relata a atuação de um psicólogo.	Destaca três diferentes vivências: a) uma escola deixou a cargo do docente a formulação do material usado; b) outra conta com a utilização de apostilas; c) por último, uma optou por atrelar o componente curricular à programas educacionais que abordam a questão sócioemocional dos alunos (sem material definido).	Afirma que as instituições privadas e os pais dos estudantes que a compõem visam aprovação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Por isso reforça a preocupação dos colégios privados com o exame.
Profissional 12 (Rede Privada)	Coordenação pedagógica	Afirma que a reforma é “inexequível”, além de “excludente” e propagadora de desigualdades tanto em escolas públicas quanto em particulares de pequeno porte, “afunilando o acesso ao ensino superior”.	Mostra-se crítico ao modelo de Itinerários Formativos, endossando que a promessa de opção por parte do aluno é apenas uma ilusão. Cita casos de escolas públicas no Rio de Janeiro que ofertam Itinerários Formativos de preparação de brigadeiro caseiro e salgadinho como opção	Afirma que a escola se trata de um caso excepcional por possuir horário integral onde os professores tem 40h de trabalho semanal, sendo 4h de “plantão de final de semana” e 36h divididas entre “planejamento” e sala de aula.	Informa que a escola possui uma coordenação responsável por formular o currículo do componente curricular, com profissionais formados em psicologia e especialização em psicopedagogia. Porém, afirma que são os professores da escola, de ambas as áreas, quem	<i>Não houve clareza em sua resposta quanto a esta pergunta.</i>	<i>Não houve clareza em sua resposta quanto a esta pergunta.</i>

			para os alunos, porém que na realidade acaba por se tornarem obrigatórios “porque só tem isso como possibilidade concreta”.		lecionam o Projeto de Vida, que funciona como uma espécie de “tutorial, mentoria, orientação acadêmica”.		
--	--	--	---	--	--	--	--

Fonte: Prodocência “A Sociologia frente à Reforma do Ensino Médio, às reformas curriculares e aos novos livros didáticos”.

No que tange aos respondentes da rede privada de educação do Rio de Janeiro, nota-se heterogeneidade nos relatos de acordo com as categorias analisadas. Com relação à satisfação com o Novo Ensino Médio (NEM), embora haja um contexto de adaptação, os profissionais posicionam-se de maneira crítica. Dois enfatizaram a geração de desigualdades resultantes da reforma. Acerca dos Itinerários Formativos, quatro dos seis profissionais afirmaram que as escolhas dos Itinerários Formativos pelos alunos ocorreu de maneira optativa. Segundo um respondente as Eletivas que compõem os Itinerários Formativos aprofundaram conhecimentos da Formação Geral Básica (FGB), enquanto outro indicou que na sua escola houve uma “estratégia para tentar burlar a diminuição de carga horária no ciclo de formação básica” e que tais mudanças se deram, sobretudo, visando suprir as necessidades relacionadas à realização do ENEM.

Quando questionados sobre a carga horária dos professores, diferentemente das respostas obtidas pelos profissionais da SEEDUC, três respondentes afirmaram que suas escolas passaram por pouca ou nenhuma alteração no quadro de horários dos docentes. Um profissional afirma, inclusive, que houve ampliação na carga horária de alguns professores e apenas um relata que alguns tiveram redução de carga. O último entrevistado afirma que sua escola se enquadra em um caso excepcional, tratando-se de um horário integral.

Sobre Projeto de Vida, os relatos versam sobre as escolas já possuírem um conteúdo parecido com o que se pretende com Projeto de Vida, o que resultou apenas em uma adaptação do currículo. Dois profissionais se posicionaram de maneira crítica ao componente curricular. Alguns relatam a presença de psicólogos como responsáveis por lecionarem ou programarem o conteúdo de Projeto de Vida, o que não ocorre na rede pública. Quando questionados sobre o material didático, as respostas assemelham-se aos dos profissionais da rede pública, destacando-se o fato de que não há material didático definido para as Eletivas



que compõem os Itinerários Formativos. No entanto, nos colégios privados é comum a utilização de apostilas ou livros didáticos comercializados pelas instituições.

Por último, quando questionados sobre a relação do Novo Ensino Médio com o ENEM, os respondentes se mostraram preocupados, afirmando que nas escolas particulares a aprovação no ENEM é norteadora do currículo, o que explica porque algumas escolas adaptaram-se ao Novo Ensino Médio sem a retirada ou a redução do conteúdo referente a Formação Geral Básica.

As diferenças entre as respostas obtidas nestas entrevistas demonstram o processo de autonomia e investimento que circundam os ambientes escolares particulares, diferentemente das escolas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Importante ressaltar que a crítica estabelecida a respeito da reforma não se limita exclusivamente a forma como a reforma foi fomentada e implantada, mas também e, principalmente, a existência da mesma. Ainda que haja a discussão de que sua estrutura não tem estabilidade o suficiente para se concretizar, o trabalho que a crítica se propõe a fazer é que, caso houvesse a estrutura necessária e a reforma fosse aplicada da maneira como é descrita no documento original aprovado em 2017, a educação pública brasileira passaria da mesma maneira por um desmonte físico, intelectual e de grande ruptura com a bagagem pedagógica que deu base até então para o seu desenvolvimento, ainda que muito precário dependendo do ponto de vista a ser analisado.

A ampliação da desigualdade escolar como resultado da reforma do Ensino Médio foi mencionada por muitos entrevistados, na medida em que escolas particulares tendem a criar melhores condições para os estudantes concorrerem às vagas nas universidades via vestibulares e ENEM. O fortalecimento de cursinhos pré-vestibulares em decorrência da perda de conteúdos nos currículos da rede estadual de educação também foi observado. É mais uma forma de abertura ao setor privado ao segmento educacional brasileiro. Em conclusão, os entrevistados manifestaram posicionamento contrário ao novo ensino médio, estão acompanhando às lutas pela revogação e esperam ver êxito nesta luta. Lembramos que recentemente, em outubro de 2023, o governo federal enviou ao Congresso Nacional proposta de revisão do Ensino Médio.

Aspecto que tem se confirmado nas entrevistas é que, conforme a lei da reforma, não há obrigatoriedade de oferta de todos os eixos formativos, ficando a cargo de cada instituição

definir quais efetivamente serão oferecidos aos estudantes. Nesse cenário, tem ocorrido os estudantes têm tido que escolher itinerários ofertados por suas escolas ou até mesmo considerando a restrição dos municípios em que moram. Observando os graves problemas de infraestrutura da maioria das nossas escolas públicas, como a “ausência de instalações físicas adequadas, bibliotecas, laboratórios, espaços para a prática esportiva e atividade artístico-culturais” (MOURA, FILHO, 2017), devemos imaginar que muitos serão os obstáculos para que as escolas ofereçam todos os itinerários formativos. Na SEEDUC há casos em que os estudantes são sorteados para ocuparem os poucos itinerários ofertados nas unidades escolares.

Essa situação contradiz a ideia de “protagonismo juvenil”, uma das bandeiras da reforma. Enquanto esta é a realidade da rede estadual, vemos escolas privadas ofertando praticamente todo o conteúdo até então existente. O resultado, mais uma vez, é a ampliação das desigualdades educacionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 2017. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 19 nov. 2023.

FERNANDES, C. **Análise do Discurso: reflexões introdutórias**. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

FERREIRA, W.; Cavalcanti, D. S. A reforma do Ensino Médio e o ensino de Sociologia. In: **Perspectiva Sociológica**, n. 21, 1º sem. 2018, pp. 41-53. Disponível em: <<https://cp2.g12.br/ojs/index.php/PS/article/view/1740/1248>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

MOURA, D. H; FILHO, D. L. L. A reforma do ensino médio: regressão de direitos sociais. In: **Revista da Escola de Formação da CNTE (ESFORCE)**, vol. 11, n. 20, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://www.cnte.org.br/images/stories/retratos_da_escola/retratos_da_escola_20_2017.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023.

PAPIM, A. A. P.; MENDONÇA, S. G. L. O impacto da BNCC no ensino de Sociologia para o Ensino Médio: o retrocesso mediante as OCN. **Anais do 45º Encontro Anual da ANPOCS**. Brasília, 2021.



PEREIRA, N. S., CIAVATTA, M., & GAWRYSZEWSKI, B. O processo da reforma do ensino médio no Rio de Janeiro. *Retratos Da Escola*, vol. 16, n. 35, 2022, p. 463–481. Disponível em: <<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1398>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

SILVA. M. R. D. A BNCC da reforma do Ensino Médio: O resgate de um empoeirado discurso. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v. 34, 2018.